



**CPMI - INSS
01041/2025**

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI - INSS

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja **convocado** a prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Senhor **Paulo Guedes**, ex-Ministro da Economia.

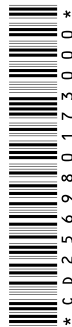
Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, este aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** para que preste depoimento, o **Senhor Paulo Guedes**, ex-Ministro da Economia.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 – CN para investigar o mecanismo de fraudes identificado no instituto nacional do seguro social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

A convocação do então Ministro da Economia, Paula Guedes, se impõe em razão das evidências de que sua gestão no governo Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, foi marcada por omissão e por decisões normativas que favoreceram a expansão das fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS. Cumpre destacar que o primeiro ato do Governo Bolsonaro, a edição da Medida Provisória nº 870/2019, instituiu que o **Ministério do Trabalho e da Previdência Social foi extinto e suas atribuições ficaram a cargo da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia**. Este desenho institucional durou até julho de 2021, quando foi criado o Ministério do Trabalho e Previdência.





CONGRESSO NACIONAL

Por coerência, diante da apresentação pelo relator de requerimentos de convocação de todos os ex-ministros recentes da previdência, fundamental sua inclusão no rol para atender a toda a linha cronológica dos fatos.

Durante o período em que exerceu a pasta, diversas regulamentações criaram brechas que ampliaram a margem de atuação de sindicatos e associações picaretas sem o devido controle, facilitando o esquema criminoso posteriormente desvelado pela Operação Sem Desconto.

Registra-se, ainda, que ex-Ministro Paulo Guedes possuía amplos poderes no governo Bolsonaro, configurando-se como um dos ministros mais influentes e com maior capacidade de ação no primeiro escalão. Tal condição reforça a responsabilidade institucional por não ter adotado medidas efetivas para prevenir ou interromper as fraudes, sendo importante esclarecer se houve negligência ou omissão deliberada frente a alertas recebidos na época.

Desta forma, revela-se de grande relevância, para as investigações empreendidas por esta CPMI, a convocação do ex-ministro Paulo Guedes para depoimento, a fim de esclarecer as decisões adotadas, as omissões verificadas e a relação de sua gestão com a expansão das irregularidades investigadas. Por tais razões, solicita-se a aprovação do presente Requerimento e a designação de data para a oitiva.

Sala da Comissão, de agosto de 2025.

Sala da Comissão, de agosto de 2025.

ALENCAR SANTANA

Deputado Federal – PT/SP

